



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIR(A) DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Referência: Pregão eletrônico SRP nº 33/2021. Processo administrativo SEI nº. 0000355-74.2021.8.01.0000

E. DE AGUIAR FROTA - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.758.482/0001-02, estabelecida na Rua Dr. Pereira Passos, n. 283, Bairro 6 de Agosto, representada por **ERIK AGUIAR FROTA**, brasileiro, casado, empresário, CPF n. 642.973.732-20, residente e domiciliado nesta capital, vem, respeitosamente, nos termos do Edital e das demais disposições legais pertinentes, apresentar

IMPUGNAÇÃO

em face dos termos do instrumento convocatório em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos.



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

I – DOS FATOS:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE lançou edital em comento, que tem por objeto “a formação de registro de preços visando a contratação eventual e futura de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desmorcegação, desratização, descupinização, limpeza geral de dejetos, limpeza de fossas, cisterna e rede de esgoto das áreas internas e externas dos prédios onde estão instaladas as unidades do Poder Judiciário, **especificamente nas Comarcas de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Tarauacá, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Jordão e Santa Rosa do Purus**, todos sob demanda da CONTRATANTE, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos”.

A Empresa apresenta a presente Impugnação ao Edital, visando as seguintes correções, quais sejam:

- 1) **Ausência de comprovação, como condição de habilitação, de regularidade ambiental;**
- 2) **Ausência de comprovação de possuir licença de operação.**

Em razão disso, vem a Impugnante demonstrar sua irrisignação, conforme será exposto a seguir.

II – DO MÉRITO

II.1 – Ausência de comprovação, como condição de habilitação, de regularidade ambiental

Pelo objeto do edital em comento é certo que esse serviço oferece considerável risco à natureza, assim como à saúde de cada indivíduo que terá contato com o objeto. Portanto, é fundamental que o órgão licitante se mantenha preocupado com o tratamento e o destino adequado dos eventuais dejetos.

Não pode o instrumento convocatório ficar restrito somente a comprovações básicas de regularidade de uma empresa. Não pode focar somente na



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

oferta do menor valor. Deve-se conciliar o menor preço com a qualidade do serviço que irá ser prestado.

Precisa ter responsabilidade ambiental, pois de nada adianta contratar empresa que ofereça menor valor, mas que possivelmente ocasionará danos individuais e/ou coletivos quanto ao meio ambiente.

Nesse sentido, é fundamental ter a empresa contratada regular alvará sanitário e comprovação de regularidade ambiental.

Isso é o que dispõe o artigo 10 da Lei nº. 6.938/81, vejamos:

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

Por sua vez, o artigo 17, inciso II:

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

(...)

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Há que se atentar também à resolução nº. 237/1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, vejamos:

Art. 2º- A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º- Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no Anexo 1, parte integrante desta Resolução.

§ 2º – Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1, levando



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

E no anexo I da resolução tem-se o seguinte:

Serviços de utilidade

- produção de energia termoelétrica
- transmissão de energia elétrica
- estações de tratamento de água
- interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário
- tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos)
- tratamento/disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde, entre outros
- **tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas**
- dragagem e derrocamentos em corpos d'água
- recuperação de áreas contaminadas ou degradadas

Com isso, é possível a empresa possuir a **licença de operação**, que é a autorização para operar a atividade ou o empreendimento. A exigência da empresa em ter essa licença **não** se encontra no edital.

Todavia, cabe ressaltar, muito embora acima tenha sido demonstrado que é fundamental a exigência de regularidade ambiental para limpeza e desentupimento de fossas, **essa mesma exigência é inaplicável para a prestação de serviço quanto a controle de pragas.**

Desde 28 de junho de 2018, o IBAMA não mais cadastra empresa, de acordo com o artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938/81, **quanto ao que se refere ao controle de pragas.**

No âmbito do IBAMA, as atividades cadastráveis estão inseridas na lei acima mencionada e na Instrução Normativa nº. 6/2013, atualmente modificada pela IN nº. 11, de 13 de abril de 2018 e IN nº. 17, de 28 de junho de 2018.

Com essas alterações, como dito, no que se refere a controle de pragas, não é mais exigível o cadastro junto ao IBAMA.

Portanto, é exigível a regularidade ambiental perante o IBAMA e o IMAC,



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

excluindo o cadastro do artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938/81, quanto ao que se refere ao controle de pragas.

II.II – INCLUSÃO DE EXIGÊNCIA PARA OS LICITANTES APRESENTAREM LICENÇA AMBIENTAL EMITIDA PELO ÓRGÃO LOCAL RESPONSÁVEL (IMAC)

A exigência de licença ambiental dos participantes da presente licitação deve ser exigida devido a necessidade de qualificação técnica prevista na Lei n. 8.666/93, haja vista a necessidade de destinação dos produtos químicos utilizados nas limpezas ora licitadas, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica quanto a necessidade da exigência nas licitações de prestação de serviços de limpeza terem Licença ambiental, no sentido de que exigências de qualificação técnica e econômica podem ser estipuladas, vez que é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. Nesse sentido: **ADI nº 2716, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJe 7.3.2008 e ADI nº 3070, Rel. Min. Eros Grau, DJe 19.12.2007.**

O próprio Tribunal de Contas da União – TCU através do Acórdão 6.047/2015 – TCU, 2ª Câmara, rel. Min. Raimundo Carreiro, proferiu decisão exigindo a inclusão de licença ambiental nas licitações que tratam de limpeza.

Nossa assertiva é confirmada através do Acórdão n. 125/2011 do TCU, vejamos:

“4.De fato, a exigência de alvará emitido pela vigilância sanitária e de licença ambiental de operação (respectivamente, alíneas “d” e “f” do subitem 12.9 do edital do Pregão Eletrônico nº 7/2010) encontra amparo na legislação pertinente e na jurisprudência desta Casa, não se constituindo em descumprimento ao referido acórdão,...”
(negritamos)

As licenças ambientais deverão ser emitidas pelo órgão local responsável de forma específica para as atividades que serão desempenhadas, conforme trata a Lei de política ambiental do Estado do Acre, Lei n.1.117 de 26 de janeiro de 1994, em seu artigo 103:

Art. 103. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do IMAC, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e respectiva concessão serão publicados no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico local de grande circulação, cabendo as despesas ao requerente do licenciamento.

§ 2º A decisão quanto ao pedido de renovação de licenciamento ocorrerá dentro de trinta dias da publicação mencionada no parágrafo anterior.

Especificamente para a licitação em comento, exige-se a licença de operação, prevista no artigo 107 da mesma norma anteriormente destacada, vejamos:

Art. 107. O IMAC, sem prejuízo de suas demais competências ou de outras medidas legais cabíveis, expedirá as seguintes licenças ambientais:

I - Licença Prévia - LP, na fase preliminar de planejamento do empreendimento, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas etapas de localização, instalação e operação;

II - Licença de Instalação - LI, autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado; e

III - Licenças de Operação - LO, autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias e de Instalação.

§ 1º A Licença Prévia - LP não será concedida quando a atividade for desconforme com os Planos Federais e do Estado do Acre de uso e ocupação do solo, ou quando, em virtude de seus impactos ambientais, seja incompatível com os usos e características ambientais do local proposto ou suas adjacências.

§ 2º A Licença de Instalação - LI deverá ser requerida no prazo de até um ano a contar da data da expedição da licença prévia, sob pena de caducidade desta.

§ 3º A Licença de Operação - LO deverá ser renovada anualmente, nos termos do regulamento desta Lei, observada a legislação vigente à época da renovação.

§ 4º No interesse do cumprimento da política ambiental, o IMAC, durante a vigência de quaisquer das licenças de que trata este artigo, poderá determinar a realização de auditoria técnica no empreendimento.

§ 5º Os requisitos básicos contidos na Licença Prévia - LP serão definidas com base em proposta do IMAC aprovada pelo CEMACT.

§ 6º O IMAC terá prazo de trinta dias a contar da data de entrada do requerimento para a decisão quanto a concessão da LP, LI, LO.



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

Portanto, inegavelmente deve-se exigir a licença ambiental emitida pelo IMAC.

Ademais, é certo que não se trata de única licença, mas sim decorrentes das atividades a serem desempenhadas. Em sendo assim, licença ambiental para controle de pragas, bem como licença para limpeza de fossas.

Por fim, é certo que é preciso dar destinação aos resíduos coletados. Nesse caso, ou a empresa possui estação de tratamento próprio ou terceiriza tal serviços.

De toda sorte, é fundamental que ela traga a licença de operação da estação de tratamento, a fim de dar certeza ao órgão licitante sobre a destinação final dos resíduos.

II.III – INCLUSÃO DE REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

O edital que ora se impugna não traz em seu bojo item que exija da empresa e do seu responsável técnico, a apresentação de regularidade perante o Conselho respectivo.

Para que uma empresa desse ramo de atuação possa existir, é necessário que ela esteja vinculada à um Conselho de Fiscalização.

No caso, a empresa Impugnante, assim como seus profissionais, possui registro no Conselho Regional de Biologia – CRBio. Há permissivo legal no sentido de que Biólogos possam ser responsáveis técnicos em trabalhos cujo objeto é idêntico ao do presente edital.

A Resolução do Conselho Federal de Biologia nº. 227/2010, mormente nos artigos 3º e 4º, permite a participação do Biólogo, como responsável técnico, vejamos:

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes atividades profissionais que poderão ser exercidas no todo ou em parte, pelo Biólogo, de acordo com seu perfil profissional:

Assistência, assessoria, consultoria, aconselhamento, recomendação;

Direção, gerenciamento, fiscalização;

Ensino, extensão, desenvolvimento, divulgação técnica, demonstração, treinamento, condução de equipe;



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

Especificação, orçamentação, levantamento, inventário;

Estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, socioambiental;

Exame, análise e diagnóstico laboratorial, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, relatório técnico, licenciamento, auditoria;

Formulação, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, pesquisa, análise, ensaio, serviço técnico;

Gestão, supervisão, coordenação, curadoria, orientação, responsabilidade técnica;

Importação, exportação, comércio, representação;

Manejo, conservação, erradicação, guarda, catalogação;

Patenteamento de métodos, técnicas e produtos;

Produção técnica, produção especializada, multiplicação, padronização, mensuração, controle de qualidade, controle qualitativo, controle quantitativo;

Provimento de cargos e funções técnicas.

Art. 4º São áreas de atuação em Meio Ambiente e Biodiversidade:

Aqüicultura: Gestão e Produção

Arborização Urbana

Auditoria Ambiental

Bioespeleologia

Bioética

Bioinformática

Biomonitoramento

Biorremediação

Controle de Vetores e Pragas

Curadoria e Gestão de Coleções Biológicas, Científicas e Didáticas

Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Materiais, Equipamentos e Kits Biológicos

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Ecodesign

Ecoturismo

Educação Ambiental

Fiscalização/Vigilância Ambiental

Gestão Ambiental

Gestão de Bancos de Germoplasma

Gestão de Biotérios

Gestão de Jardins Botânicos



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

Gestão de Jardins Zoológicos

Gestão de Museus

Gestão da Qualidade

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

Gestão de Recursos Pesqueiros

Gestão e Tratamento de Efluentes e Resíduos

Gestão, Controle e Monitoramento em Ecotoxicologia

Inventário, Manejo e Produção de Espécies da Flora Nativa e Exótica

Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora

Inventário, Manejo e Comercialização de Microrganismos

Inventário, Manejo e Conservação de Ecossistemas Aquáticos:

Límnicos, Estuarinos e Marinhos

Inventário, Manejo e Conservação do Patrimônio Fossilífero

Inventário, Manejo e Produção de Espécies da Fauna Silvestre Nativa e Exótica

Inventário, Manejo e Conservação da Fauna

Inventário, Manejo, Produção e Comercialização de Fungos

Licenciamento Ambiental

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Microbiologia Ambiental

Mudanças Climáticas

Paisagismo

Perícia Forense Ambiental/Biologia Forense

Planejamento, Criação e Gestão de Unidades de Conservação (UC)/Áreas Protegidas

Responsabilidade Socioambiental

Restauração/Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas

Saneamento Ambiental

Treinamento e Ensino na Área de Meio Ambiente e Biodiversidade

Desse modo, requer-se que seja exigida das licitantes a comprovação de registro perante o conselho de fiscalização, como comprovação de habilitação técnica.

III – DOS PEDIDOS



E. DE AGUIAR FROTA EIRELI – EMOPS

Ante o exposto, requer a Impugnante que seja readequado o edital nos exatos termos acima delineados.

Por fim, requer-se a suspensão da abertura do presente pregão eletrônico, enquanto não for resolvida essa impugnação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

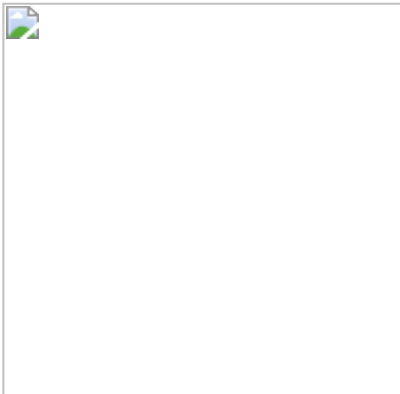
Rio Branco, 30 de junho de 2021.

E. DE AGUIAR FROTA - EIRELE
CNPJ nº 04.758.482/0001-02
ERIK AGUIAR FROTA
Administrador

A: "Seção de Licitação e de Contratos"<cpl@tjac.jus.br>

Anexos: EMOPS - Impugnação ao EDITAL Pregão eletrônico SRP n 33-2021 - TJAC.pdf 2 RG E CPF.pdf
8 PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO (1).pdf 7 ATO CONSTITUTIVO
TRANSFORMAÇÃO EM EIRELLI (1).pdf

Por favor, recebimento.



Emops
Av. Dr. Pereira Passos, 283 - 06 de Agosto
Rio Branco - Acre
Fone: (68) 3244-1633 / 3224-0539